



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 116/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Social

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a íntegra de determinados convênios celebrados com a Associação Beneficente Síria. Adequado atendimento da demanda. Cobrança permitida pela LAI. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 116/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a íntegra de determinados convênios celebrados com a Associação Beneficente Síria.
2. Em resposta e em recurso, o ente respondeu ao pedido do interessado, informando que, para acesso à cópia digitalizada do processo, seria necessário o ressarcimento ao erário, de acordo com as normativas vigentes, ou acesso aos autos, mediante pedido de vistas aos processos. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. No caso em análise, verifica-se que o ente procedeu corretamente, informando a possibilidade de atendimento presencial e a fundamentação legal para o ressarcimento ao erário pela produção das cópias dos processos.
4. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação -LAI), em seu artigo 12, preconiza que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. Referido dispositivo legal é reproduzido no artigo 16 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Estado de São Paulo.
5. A Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, no artigo 48, determina que é facultada aos órgãos administrativos a fixação de preços públicos relativos à prestação de serviços de apoio, não relacionados ao seu objetivo essencial. Nesse sentido, a Secretaria da Fazenda e Planejamento fixa os preços, conforme Resolução SF 24, de 26/03/2014.
6. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações,

| | |
|---------------------|---------------|
| Classif. documental | 006.03.02.001 |
|---------------------|---------------|

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 15/03/2021 às 22:16:49.

SEGOVDES202108008A

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



conheço do recurso e nego seu provimento, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da referida Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel

Ouvidor Geral do Estado

Ouvidoria Geral do Estado